



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Ata da 18ª Reunião Conjunta das Comissões realizada no dia 1º de outubro de 2025

Ao dia primeiro de outubro de dois mil e vinte e cinco, às 09h08 min, no Plenário da Câmara Municipal, logradouro à Rua Dr. José Alves, 129, Centro – Mogi Mirim/SP, realizou-se a 18ª Reunião Conjunta das Comissões, gravada e disponibilizada na página eletrônica Youtube, pelo canal oficial da Câmara Municipal.

Presidiu a reunião o Presidente da Comissão de Justiça e Redação, o vereador Wagner Ricardo Pereira.

Ato contínuo, dando início à reunião, o primeiro item da pauta foi o Projeto de Lei nº135/2025 de autoria do Prefeito Municipal Paulo de Oliveira e Silva que “ *Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial (CMPIR), e dá outras providências*”.

O segundo item da pauta foi o Projeto de Lei nº136/2025 de autoria do Prefeito Municipal Paulo de Oliveira e Silva que “*Dispõe sobre a criação do Fundo Municipal de Promoção da Igualdade Racial (FMPIR), e dá outras providências*”.

As Comissões Permanentes em que irão tramitar o projeto são: Comissão de Justiça e Redação; Comissão de Educação, Saúde, Cultura, Esporte e Assistência Social e Comissão de Finanças e Orçamento.

Estava presente o Presidente da Comissão de Justiça e Redação, o vereador Wagner Ricardo Pereira e o vereador Ademir Souza Floretti Junior.

Juntamente com os assessores representantes: Bianca, Daiana, Fábio, Felipe, Gisele, Giovani, Hermínia, Mayella, Nelson, Pedro e Valquíria.

Foram convocados para participar da reunião e estiveram presentes o Sr. Edson Domingos de Andrade, representante da Secretaria de Finanças, Sr. Luiz Henrique



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Dalbo, responsável pela Secretaria de Cultura e Turismo e Sra. Sara, servidora lotada na Secretaria de Cultura e Turismo.

Ambos os Projetos de Lei nº 135/2025 e nº 136/2025 foram discutidos de forma conjunta.

O Sr. Luiz relatou sobre a vontade e a necessidade de criação de políticas e conselhos que abordam a pauta de igualdade racial, buscando reforçar o respeito, igualdade, valorização e representatividade de outras culturas raciais presentes no Município de Mogi Mirim.

Ressaltou que o Conselho e o Fundo serão gerenciados pela Secretaria de Cultura e Turismo. A criação do Fundo específico será destinada a arrecadar recursos federais e estaduais para políticas especializadas no tema trabalhado e para outras formas de incentivar a valorização e igualdade racial na cidade.

Abordou que o Município de Mogi Mirim adotou a campanha do Ministério Público de São Paulo, “Da luta antirracismo”, em que um dos requisitos para participação do Município na campanha é a criação e instituição de um conselho específico para o tema abordado.

O Sr. Luiz citou que a construção para elaboração dos projetos de lei para criação do Conselho e do Fundo se iniciaram em 2021 com ampla participação do Poder Público e Sociedade Civil e auxílio de todas as comunidades raciais envolvidas.

A Sra. Sara também reforçou a importância dos dois projetos, que irão contribuir para toda a comunidade local.

A assessora Hermínia questionou como será a disponibilidade de recursos para a criação do Conselho e o recurso para o Fundo. O Sr. Luiz informou que a criação do Fundo é para justamente conseguir recursos para todas as atividades que serão realizadas, reforçando que é obrigatório a criação dos Fundos, pois sem ele não há como ter a arrecadação.

O Sr. Edson, representante da Secretaria de Finanças, informou que a secretaria está de acordo com a elaboração e instituição dos dois projetos discutidos.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Por fim, ficou definido o vereador Marcos Paulo Cegatti para ser o relator do Projeto de Lei nº135/2025 e do Projeto de Lei nº136/2025.

O terceiro e último item da pauta foi o Projeto de Lei nº139/2025 de autoria do Prefeito Municipal Paulo de Oliveira e Silva que *“Autoriza o Município de Mogi Mirim, pelo Poder Executivo, a alienação de lotes de sua propriedade à Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU), para o fim de implantação de loteamento popular, e dá outras providências”*.

As Comissões Permanentes em que irão tramitar o projeto são: Comissão de Justiça e Redação; Comissão de Obras, Serviços Públicos e Atividade Privadas e Comissão de Finanças e Orçamento.

Estava presente o Presidente da Comissão de Justiça e Redação, o vereador Wagner Ricardo Pereira e o vereador Ademir Souza Floretti Junior.

Juntamente com os assessores representantes: Bianca, Fábio, Felipe, Gisele, Giovani, Hermínia, Mayella, Pedro e Valquíria.

Foi convocado para participar da reunião e esteve presente o Sr. Paulo Roberto Tristão, responsável pela Secretaria de Obras e Habitação Popular.

O Sr. Paulo iniciou a sua fala citando que ao fazer parcerias e negociações a Prefeitura realiza os convênios, e para realizar esses convênios é preciso fazer a doação da área.

Informou que já foram feitos os mesmos procedimentos em algumas áreas localizadas em Martim Francisco, Parque Real e Jardim Planalto, mas que o objeto do projeto em discussão é a autorização da alienação por doação ao CDHU dos imóveis do loteamento denominado Mogi Mirim K, localizado no bairro alto do mirante.

O vereador Ademir questionou sobre a localização e sobre o progresso do projeto.

O Sr. Paulo esclareceu que referente a área localizada em Martim Francisco a CDHU vai começar as etapas que já estão legalizadas e há novas propostas localizadas na área na zona sul, final do parque real; perto da zona leste área da Prefeitura, que estão



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

disponibilizando e no Jardim Planalto que está em processo de negociação, ambas por serem da prefeitura facilitam todo o procedimento.

O vereador Ademir questionou sobre a possibilidade de loteamento na zona norte ao passo que o Sr. Paulo esclareceu que a Prefeitura já adquiriu essa área da zona norte e que já está sendo realizado um estudo do local, uma vez que o terreno não está em sua forma adequada para utilização e construção de moradias populares, fazendo com que uma das partes seja destinada para áreas culturais e esportivas.

A assessora Gisele questionou sobre o Programa Nossa Casa vinculado ao CDHU e o Programa Minha Casa Minha Vida financiado pela Caixa Econômica Federal. O Secretário Paulo esclareceu que o CDHU envolve o governo do Estado e o Programa Minha Casa Minha Vida envolve o governo Federal. Também questionou os critérios de seleção das famílias de ambos os programas ao passo que o Sr. Paulo esclareceu que ambos os programas buscam contemplar famílias com renda de 2 a 3 salários mínimos.

A assessora Mayella questionou sobre o custo para execução das obras do loteamento orçado em R\$2.173.000,00. O Secretário respondeu que na realização dessas infraestruturas estão buscando embutir no empreendimento o custo da infraestrutura e que o Município sempre tem que fazer um aporte financeiro para a maioria dos casos.

A assessora Bianca questionou sobre as obras de infraestrutura ao passo que o Secretário respondeu que é contratada uma empresa por meio de licitação para fazer toda a obra de infraestrutura e o CDHU constrói as casas.

Por fim, ficou definido o vereador Ademir de Souza Floretti Junior para ser o relator do Projeto de Lei nº139/2025.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 10:09 min, da qual, para constar, foi lavrada a presente Ata, que vai assinada pelo vereador Wagner Ricardo Pereira, Presidente da Comissão de Justiça e Redação e pela vereadora Mara Cristina Choquetta, Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento.

Disponível para assistir na íntegra:

<https://www.youtube.com/watch?v=7NtAKhWIENg>



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Responsáveis pela Ata:

Isabella Rissi Raimundo, estagiária da Comissão de Finanças e Orçamento.

Júlia Marques Barboza, estagiária da Comissão de Justiça e Redação.

Mogi Mirim, 02 de outubro de 2025.

VEREADOR WAGNER RICARDO PEREIRA
Presidente da Comissão de Justiça e Redação

VEREADORA MARA CRISTINA CHOQUETTA
Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento